

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO (A) OFICIAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALDANHA MARINHO –RS.**

**Ref. Tomada de Preço Nº: 4/2020**

**JAIR AGOSTINHO DA LUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.026.628/0001-27, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, a tempo e modo, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, face a sua inabilitação no certame, o que faz com fundamento no inciso I, alínea “a” do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, pelas razões anexas aduzidas.

Requer-se, desde já, caso ultrapassado o juízo de retratação, o recebimento das presentes razões de recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento devidamente informado, à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

**1) DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso é tempestivo na medida em que a declaração de inabilitação ocorreu no dia 14 de outubro de 2020. Assim, resta cumprido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no inciso I, do artigo 109, da lei 8.666/93.

**2) DOS FATOS**

A Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho/RS, através do seu departamento de licitações instaurou processo licitatório na modalidade Tomada de Preço (Nº 4/2020) destinado a contratação de empresa especializada em pavimentação de via urbana com calçamento de pedras regulares.

Na etapa de análise da documentação a recorrente foi considerada inabilitada por não apresentar o comprovante de pagamento da Apólice de Seguro.

Inconformada com o julgamento que foi proferido em frontal desacordo com os documentos anexados, bem como com a legislação aplicável, alternativa não restou à recorrente senão a apresentação do presente recurso, com vistas a garantir a prevalência da legalidade e a obediência aos princípios que norteiam os processos licitatórios.

### 3) DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA


#### 3.1) Do Cumprimento ao item 6.2.3.3 do Edital de Convocação

Em termos de procedimentos licitatórios, a habilitação tem o fito de demonstrar a regularidade da empresa para com o mercado, a regularidade para com o fisco, o know-how técnico, tudo isso para, de certa forma, pelo menos a princípio, demonstrar sua capacidade (técnica e econômico-financeira) para honrar com as obrigações decorrentes daquela nova contratação para a qual se candidatou.

Nos termos do item 6.2.3.3, do Edital, o licitante, para ser habilitado, deveria apresentar:

*“6.2.3.3. Comprovante de garantia de proposta no valor de 1% sob o montante do contrato, conforme art. 31 § 3º em uma das modalidades previstas no art. 56 § 1º ambos da Lei 8.666, no caso da empresa optar por caução em dinheiro o depósito deverá ser realizado em conta corrente junto à Caixa Econômica Federal, Agência 0464, Op: 006, Conta para Depósito: 178-6. Os valores serão devolvidos aos participantes não vencedores do certame em até 30 dias após a finalização da fase de recursos previstos no item 11 deste edital. Já o valor apresentado pela empresa vencedora será restituído em conjunto com os valores do Item 15.1.1 após a conclusão do objeto.” Grifei.*

Com o fito de cumprir a exigência acima posta a Requerente apresentou a contratação de Seguro Garantia junto a seguradora Berkley International do Brasil Seguros S/A, conforme documento anexado ao envelope de habilitação e que, neste momento, é abaixo reproduzido:



Parcela		Vencimento
001 L001		12/10/2020
Agência/Código Beneficiário		
Beneficiário: Berkley International do Brasil Seguros SA		3154/931286
07.021.544/0001-89		
Especie	Quantidade	
RC		
Valor do Documento		
(-) Desconto		170,00
(-) Outras Deduções/Abatimento		
(-) Mora/Multa/Juros		
(-) Outros Acréscimos		
(-) Valor Cobrado		
Carteira	Nosso Número	
RG	14/006000000798203-0	
Número do Documento		
1007500148391/00000000/001		
Pagador: JAIR AGOSTINHO DA LUZ ME		
CNPJ/CPF: 30.026.628/0001-27		
SAC CAIXA: 0800 725 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)		
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 725 2492		
Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br		

Em que pese não ter sido, na oportunidade, anexado o respectivo comprovante de pagamento do seguro contratado, a garantia foi efetivamente prestada, com o devido pagamento ocorrido na data de 12 de outubro de 2020, portanto, em data anterior a abertura do respectivo envelope de habilitação, senão vejamos:



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINTA SORTEIO DE SEGUNDA FOLHA A PAGAR

275-49698692-3

01/001/2020

DATA DE 11/01/2020

LOT: 20.000/20

LOCALIDADE: PALMITINOS

AO, VINCULADA: 1000

COMPROVANTE PAGAMENTO DO BOLETO CAIXA

INSTR. EMISSORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO RECEDEDOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LINHA DIGITÁVEL DO CÓDIGO DE BARRAS

1049331200 620001000044

00070620304 1 04958000017000

BENEFICIÁRIO

NOME FANTASIA: BERKLEY INTERNATIONAL DO BR

RAZÃO SOCIAL: BERKLEY INTERNATIONAL DO BR

CNPJ: 07.021.544/0001-89

PAGADOR

NOME FANTASIA:

RAZÃO SOCIAL: JAIR AGOSTINHO DA LUZ ME

CNPJ: 30.026.628/0001-27

DATA DE VENCIMENTO: 12/001/2020

DATA DE PAGAMENTO: 01/001/2020

VALOR NOMINAL: 170,00

JUROS: 0,00

IOF: 0,00

MULTA: 0,00

DESCONTO: 0,00

ABATIMENTO: 0,00

VALOR CALCULADO: 170,00

VALOR DO PAGAMENTO: 170,00

TIPO DE PAGAMENTO: ESPECIE

275-49698692-3

VIA DO CLIENTE

Além do mais, conforme se denota do teor do item 6.2.3.3, **não há qualquer exigência expressa no sentido de ser anexado o comprovante de pagamento, apenas referindo a necessidade de apresentação de “COMPROVANTE DE GARANTIA DE PROPOSTA”, o que foi devidamente apresentado pela Requerente.** Não há, portanto, “*in causa*”, motivos capazes de justificar a inabilitação da Requerente, alijando-a do certame em questão.

Veja-se que a “garantia da propsta” tem o visto de demonstrar a existência de um mínimo de capacidade econômico-financeira do licitante para o efeito de participação no certame, ou seja, a conhecida consistência financeira da licitante.

Em que pese a não juntada do comprovante de pagamento (não expressamente exigido), mas tão somente da Contratação do Seguro, é fato que houve, efetivamente, a prestação de “garantia da proposta”, nos termos exigido no Edital licitatório.

Ademais, a Requerente demonstrou, de forma indene de dúvidas, sua higidez econômico-financeira pela comprovação do capital social, balanço patrimonial e demonstrações contábeis. Também por isso restou demonstrada a capacidade econômico-financeira da licitante.

Não são raros os casos que por um julgamento equivocado do texto do ato convocatório se excluem licitantes que, potencialmente, representariam a contratação mais vantajosa para a Administração. Todavia, essa postura da Administração não se coaduna com a legislação e a jurisprudência aplicável.

Merece destaque o fato de que o procedimento encontra-se em fase de habilitação, fase essa de natureza classificatória, e não eliminatória, aonde a administração deve prestigiar sempre o princípio da competitividade, assegurando-se que a disputa sedê entre os interessados capazes para a execução do objeto, assim avaliados por requisitos formais. E, *data máxima respcta*, de toda a documentação apresentada pela requerente não restam dúvidas sobre a sua capacidade para a execução do objeto, em especial, no que tange à sua capacidade econômico-financeira.

*In causa*, verificamos uma distorção na decisão administrativa de inabilitação, visto que esta se deu por um equívoco de interpretação ao item 6.2.3.3 que exige tão somente a comprovação de “garantia de proposta”, não exigindo que se anexasse aos autos o comprovante de pagamento do seguro grantia, o qual foi cumprido com a apresentação da contratação do referido seguro.

Porém, mesmo assim, a fim de dar clareza ao atendimento a todos os requisitos do Edital, toma-se a liberdade de complementar a documentação já apresentada com a juntada, neste ato, do referido comprovante de pagamento do seguro contratado (com data de pagamento em 12/10/2020, data anterior a abertura dos envelopes de habilitação).

Em situações semelhantes o Tribunal de Contas da União – TCU tem entendido o seguinte:

**ACÓRDÃO 366/2007 – PLENÁRIO – Min. Rel. AUGUSTO NARDES. REPRESENTAÇÃO COM FULCRO NO § 1º DO ART. 113 DA LEI Nº 8.666/1993. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CERTAME LICITATÓRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA DOS ARGUMENTOS DA REPRESENTANTE EM FACE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA ENTIDADE E DEMAIS LICITANTES. NÃO-COMPROVAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELAR. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO.(...) 4. Com efeito, os documentos**

**coligidos aos autos e as razões apresentadas pelo Dnit e pelos demais licitantes, referentes à condução da fase de habilitação da Concorrência nº 135/2006, permitem concluir pela ausência de dolo ou má-fé e pela inexistência de irregularidade a macular o procedimento licitatório.**

**5. De fato, foram identificados apenas erros de ordem formal, sem maiores conseqüências para o objetivo do certame e para a Administração. Nesse sentir, entendo que desclassificar licitantes por conta de erro material na apresentação da proposta e da documentação exigida constituiria excesso de rigor, além de ferir os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade. De modo contrário, estaria a Comissão de Licitação alijando de participar do certame empresa que poderia ofertar a proposta mais vantajosa.**

**6. Também não vislumbro quebra de isonomia no certame tampouco inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Como já destacado no parecer transcrito no relatório precedente, o edital não constitui um fim em si mesmo, mas um instrumento que objetiva assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de participação dos interessados.**

**7. Sem embargo, as normas disciplinadoras da licitação devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.**

**8. Com essas considerações, perfilhando do entendimento esposado pela Unidade Técnica, julgo improcedente a Representação e entendo descaracterizados o periculum in mora e fumus boni iuris, pressupostos básicos para a adoção da**

*medida prevista no art. 276, caput, do RI/TCU, requerida pela empresa Cetest, razões pelas quais deve ser negado o pedido de cautelar, bem assim arquivados os presentes autos.*

*Ante o exposto, Voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.*

#### 4) DOS PEDIDOS

Por todo Exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de evitar-se o ônus de eventual demanda judicial, a empresa **JAIR AGOSTINHO DA LUZ**, requer:

a) O recebimento e provimento do presente recurso administrativo para declarar a **HABILITAÇÃO** da empresa **JAIR AGOSTINHO DA LUZ - ME**, pelos motivos e razões acima mencionadas;

b) O encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, caso este seja julgado improcedente, o que se admite apenas como argumentação, para que então, se proceda a reforma da decisão.

Neste termos,

Pede Deferimento.

Palmitinho-RS, 21 de outubro de 2020.



Roberto Eurico Getelina  
OAB/RS 65.150